

APROPRIAÇÃO DO COMERCIO INFORMAL NA CALÇADA: UM ESTUDO EM TORNO DA RUA AUGUSTO GIANOLA NO BAIRRO PAULO CORRÊA

Aurivani Rodrigues Martins¹
José Camilo Ramos de Souza²

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender a ocupação do comércio informal que a cada dia vem crescendo no entorno da Rua Augusto Gianolla localizada no Bairro Paulo Corrêa. O estudo revela que a falta de emprego, trabalho que na cidade não tem, são uns dos fatores que fazem com que esses trabalhadores optem por essa atividade informal, atravancando a circulação dos pedestres que necessitam trafegar nestas vias de locomoção. Obstruções que são realizadas pelos atuantes do local, eles modificam a calçada em um promotor onde geram economia sem se importar com as consequências que o povo e o meio ambiente natural e social irão sofrer, com isso surge a necessidade de se fazer este artigo. O objetivo é estudar as causas que levam os trabalhadores informais a ocupar de forma extrajurídica o espaço público que é de exclusividade do pedestre avaliaram-se também suas necessidades e o conflito social tendo como ponto de partida às leis que rege esse país. Portanto, para a realização do estudo se fez o uso do espaço de diálogo e entrevistas onde tem por base o método dialético. O percurso teórico vem colaborar a desenvolver um olhar diferenciado sobre a ocupação do espaço público pelo comércio informal nesta localidade, abarcando as percepções sobre o posicionamento do município, através de políticas públicas com relação a essa configuração socioespacial. Os registros fotográficos foram coletados nos meses de junho a novembro, assim como as narrativas de comerciantes e pedestres para se fazer uma melhor compreensão sobre essa ocupação ilegal no espaço público nesta cidade.

Palavras chave: Espaço Público. Economia. Desemprego. Políticas Públicas

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a Territorialização do Comércio Informal no entorno da Rua Padre Augusto Gianolla (Rua 03) localizado no final da ponte Amazonino Mendes, aonde delinearemos um perfil socioeconômico dos intérpretes sociais abarcados, nesta história que abrange determinados grupos de comerciantes como vendedores de peixe, roupas, frutas, comidas prontas em pequena quantidade que atuam neste local, compreendendo a percepção desses atores sobre a atividade que passam a desenvolver, reconhecendo suas agilidades, suas necessidades, suas críticas e sugestões para melhoria daquele ambiente, e vamos apontar os impactos decorrentes dessa atividade.

¹ Acadêmica do 8º Período do Curso de Licenciatura em Geografia – Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA - e-mail: aurivanirodrigues@bol.com.br

² Professor do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA.

A questão em relação à sobrevivência é um fator preponderante em relação à pobreza e o desespero pela manutenção da vida, no qual constituem um dos principais motivos para a existência de tal atividade, muitos de nós procuramos evidenciar uma vida melhor e a meta é um caminho árduo, cheio de surpresas e armadilhas.

O comércio informal é uma das alternativas que vem crescendo diariamente em nossa cidade, pois é um meio de sobrevivência que muitos pais de famílias encontraram para superar e suprir suas necessidades. Observa-se que o trabalho informal, é uma daquelas atividades que está ligada à sobrevivência e de um dia mais digno em meio à sociedade.

Olhando de um ângulo favorável este é um mecanismo que ocorre principalmente pela falta de oportunidades, trabalho e o desemprego que a cada dia vem aumentando, fazendo com que muitos indivíduos não consigam dormir tranquilamente, com isso o ser humano precisa buscar outros meios de sobreviver.

Outra questão está relacionada com a sustentabilidade familiar que é um dos desafios que se apresenta atualmente nos quatro cantos da cidade, tanto na sua conceituação, como para sua execução, é um conceito vasto e ambíguo é um fenômeno que necessita de apoio por parte de nossos governantes. O comércio informal é uma das prestezas que está aflorando as margens da formalidade, desta forma procura-se enaltecer por dias melhores e essa economia atual baseia-se em uma dinâmica economicista, onde os atuantes desta prática geram renda para suprir suas necessidades.abordar

Abordou-se à demarcação de território por parte das pessoas que vivem deste artifício para sobreviver. Estes comerciantes tem o local como algo que lhe pertence, mesmo não pagando imposto para trabalhar ali e que ninguém pode mais se apropriar deste, gerando um local de conflito, entre os trabalhadores informais, e pedestres que perdem o seu direito de ir e vir pela apropriação nos espaços públicos.

A possibilidade de obter dinheiro através da economia informal tem sido uma das perspectivas encontrada como forma de impetrar uma renda a mais para ajudar nas necessidades do dia a dia, sendo que a cidade não consegue oferecer outra opção aos nossos pais e essa presteza tem contribuído de forma negativa aos cofres públicos, pois é uma atividade que os comerciantes não pagam impostos.

O comércio informal fica exposto na calçada da rua, o mais próximo possível dos usuários, sendo realizado principalmente por barraqueiros e ambulantes que não contam com qualquer plano de ordenamento, principalmente porque não há uma organização entre os envolvidos. Por isso, as barracas são estruturas não permanentes, construídas de diversos materiais e contam com mobilidade, pois são retiradas ao final do dia.

O comércio informal ao ficar sobre a calçada gera conflitos de ordem social, porque compromete a saúde das pessoas que consomem os produtos comestíveis que são vendidos, pois não há no mínimo a questão de higiene os alimentos ficam expostos a poeiras e outras formas de contaminação, no local não há fiscalização por parte dos setores competentes.

A falta de escolhas de emprego, especialmente nos últimos anos, fez com que muitas pessoas procurassem sobreviver vendendo alguma coisa na Rua três, e esta é geralmente a primeira alternativa de quem está desempregado na cidade de Parintins/AM. Uma variedade enorme de itens é comercializada neste local, especialmente pelos ambulantes. Esses itens estão predominantemente relacionados com a alimentação como, a comida em menor quantidade como churrasco e o peixe assado, outros produtos que incluem, principalmente, artesanato, artigos manufaturados e industrializados baratos, o peixe, roupas usadas, melancia no período da safra, frutas, farinha.

Esses comerciantes/proprietários, embora inseridos na economia informal, muitas das vezes empregam outras pessoas, porém também de maneira informal e a forma de abordagem as famosas “chamadas vocais”, também são característica deste tipo de vendedor, que com um jeito “camarada” consegue conquistar seus clientes e ter um dinheiro digno de seu próprio suor fortalecendo ainda mais esse aspecto de atividade.

Diante do exposto nosso objeto de pesquisa, foi baseado no método dialético, o qual proporcionou ao pesquisador fazer uma observação na área de estudo para buscar os fatos que ocorrem no cotidiano das práticas informais. Porquanto nos dizeres de Triviños (2005) “este dá possibilidades ao pesquisador observar e identificar as contradições do fenômeno aparecido na realidade existente e na profundidade das práticas sociais, valorizando uma relação dialética, dinâmica e contraditória estabelecida a partir da realidade estudada”. Assim, através deste preceito nos permitiu fazermos uma leitura do local e compreender o comércio informal como um produtor de conflito socioespacial, econômica e ambiental.

No trabalho optou-se pela pesquisa de estilo qualitativo, aonde os autores Strauss e Corbin (2009) vêm descrever pronunciando que “esse tipo de pesquisa nos dá a possibilidade de obtermos resultados despojados de subsídios quantificados e processos estatísticos”. Com isso a partir do Estudo de Caso destinamo-nos abordar a ocorrência específica da ocupação nas calçadas públicas pelo comércio informal, permeadas em um fenômeno concreto que precisou ser verificado, observado, analisado para depois ser compreendido.

Como técnicas ou instrumentos de pesquisa, foi utilizada a observação direta *in loco* com o resguardo de um roteiro, foi registrado com imagens o comércio informal em horários alternados pela manhã, tarde e noite para identificar o uso das calçadas pelos trabalhadores

informais. Outra técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista, que nos permitiu extrair os conhecimentos sobre o fenômeno de ocupações, que incidiu no diálogo entre pesquisador e informante com a intenção de esclarecer a dinâmica de apropriações das calçadas de forma inadequada e acarear ideias para se impetrar a síntese do fato.

No entanto, a pesquisa buscou compreender a ocupação do espaço público pelo comércio informal na Rua Padre Augusto Gianolla que está localizada no Bairro de Paulo Corrêa. Ficou evidenciado que esta ocupação vem ocorrendo principalmente pela falta de emprego, trabalho, oportunidades que a cidade não oferece, e as políticas públicas que é falha por parte de nossos municípios, tendo em vista que segundo a pesquisa realizada não existe nenhum tipo de fiscalização pelo município, as leis estão no papel, mais não são cumpridas.

2 TERRITORIALIZAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO E SOCIAL

Podemos observar que os espaços geográficos de nossa cidade não foram bem planejados para tais funcionalidades, com isso identifica-se que em função da ocupação das vias públicas pelas práticas espaciais o trânsito vem fazendo vítimas conseqüentemente no local pesquisado.

A territorialização (ocupação ocorrida pelos processos de apropriações no espaço) pelo comércio informal acaba contribuindo com este caso, onde muitas das vezes o fluxo de pessoas em meio aos meios de transportes torna-se caótico, nesta situação é nossa função enquanto acadêmicos de geografia buscar compreender e apontar possíveis soluções de forma amenizar este problema.

As calçadas de nossa cidade são os principais espaços que temos destinados aos pedestres para se locomover, com a permanência destes trabalhadores nestes pontos torna quase impossível de trafegar no entorno a Rua Padre Augusto Gianola, tornando assim alvo fácil de crítica por pessoas que precisam deste local para sua mobilidade. Assim (RAFFESTIN, 1993)

A “territorialização” do espaço ocorre pelos processos de “apropriação”, seja ela concreta ou simbólica (pela representação, por exemplo). Da “prisão original” que é o espaço o homem passaria à “prisão construída” por nosso próprio trabalho e pelas relações de poder que o acompanham, (p.144).

Na Rua Augusto Gianolla essa relação de poder é presente, a partir do momento que o poder público municipal afastou alguns trabalhadores da feira da Rua Paraíba e os colocou

nesse local, mais este mesmo órgão por sua vez tem poder de retirar esses comerciantes da rua três alocando para outro ponto mais propício, logo, ele não faz porque não almeja.

A apropriação das vias públicas, destinadas aos pedestres, tornou-se hábito diário dos moradores parintinense, o que se observa hoje nesses locais de locomoção é o grande número de práticas comerciais que se expandem a cada dia que passa, e essas ações acabam prejudicando pessoas que precisam desses espaços para trafegar.

Observa ainda que estas pessoas estão presas pelos ambulantes que se dizem ter poder sobre o local, sente-se “dono” do espaço público, o pedestre parintinense atualmente vem se sentido aprisionado no seu próprio espaço pelo comércio informal. Segundo (MOREIRA, 2003), “o meio ambiente é essa complexidade estrutural do espaço territorializado, vista em sua ligação com paradigma técnico, cujo elo simbólico é o imaginário de relação do homem com a natureza”.

Diante disso, o ser humano como produtor do espaço geográfico mantém uma relação com o mesmo, e essa relação tende a fortalecer ainda mais os processos de apropriações que ocorre em lugares inadequados. É evidente que a partir disso este indivíduo venha a desempenhar novas técnicas de construção neste lugar, elevando de certa forma a uma territorialização ainda mais elevada na área pesquisada. Conforme ressalta Souza (2013).

Quando analisamos a gênese desse fenômeno de apropriações percebemos que este se levanta com status de costumes ou hábitos culturais, mais é necessário que este comportamento seja revisto para não se propagar em todo o município de Parintins tornando-se um problema irreversível. (p.5)

Fato é que vem ser de grande importância buscar e compreender os fatores que levam esses comerciantes informais a ocuparem de maneira irregular as vias públicas de nossa cidade, esse ramo trabalhista como já foi citado realmente já se tornou hábito e na Rua padre Augusto Gianolla essas práticas vem surgindo, pelos processos de apropriação, principalmente nas calçadas.

Portanto, se faz necessário clamar aos nossos munícipes que viabilizem soluções urgentes que possam beneficiar os moradores desta cidade, onde estes governantes desenvolvam medidas para a implantação de locais adaptados para tais atividades. Para não tornar um problema ainda maior de ser solucionado, pois os recursos que entram nos cofres públicos é para ser aplicados em prol a sociedade, coisa essa que não vem acontecendo como estão previstos em nossas leis, com isso o pedestre tem que conflitar-se com esta ocupação ocorrida pelo comércio informal.

3 ECONOMIA GERADA NO ESPAÇO PÚBLICO

O ser humano ao tirar proveito do ambiente pelo comércio informal é capaz de desenvolver seu próprio espaço, sendo assim com o passar dos anos a própria sociedade territorializa também, principalmente quando esta mesma sociedade precisa sobreviver, e não encontra outros rumos econômicos.

Saquet (2007) nos reporta dizendo que “entende a territorialização como resultado e condição de um processo histórico, em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares”.

Abarcando esses suportes, no local em estudo esses processos históricos se fazem presentes, tendo em vista que foram os primeiros moradores dessa localidade que aderiram as primeiras vendas informais almejando a possibilidade de conseguir reservas econômicas, sobretudo com a comercialização de pescados que na metade dos anos noventa quando iniciou o bairro de Paulo Corrêa já se faziam presentes, e que refletiu até os dias atuais.

Na contemporaneidade, a configuração desse espaço persiste apresentando a informalidade, mais com diferentes características.

Figura1: Comercio no espaço público.



Foto: Aurivani Rodrigues, 2015.

Os vendedores afirmam que estão nesse ramo há bastante tempo, eles frisam que chegam nesse local ainda na madrugada que é para organizar seus produtos já estarem expostos sobre as calçadas com mostra a figura 1, expuseram que a comercialização é moderada, pois, a partir do dia quinze de cada mês é que eles vendem bastante suas mercadorias, segundo um comerciante é porque nesse período iniciam os pagamentos como o programa bolsa família, assim como os aposentados e o funcionalismo estadual e municipal.

Descrevem que têm sua clientela apropriada especialmente pessoas mais idosas, e isso ficaram esclarecidas durante a pesquisa, onde ao ser indagado uma senhora diz que:

“Quando recebo meu dinheiro sempre venho por aqui, essas roupas ainda são boas, principalmente para usar em casa e para meus filhos trabalhar, e é mais em conta na loja é mais caro”. (M.R61ANOS).

Relataram que vendem de domingo a domingo, alguns permanecem até as 16h00min horas devido os vendedores de peixe utilizar esse horário para comercializar seus pescados. A calçada apresenta-se como um local de divisão de espaço diariamente tendo em vista que o trabalhador informal já sabe o horário que deve retirar o seu produto para outro indivíduo utilizar a calçada.

Neste sentido, Santos (2002) afirma que “a terra é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Partindo desse pressuposto, na rua padre augusto Gianolla a dinâmica do comercio informal está visivelmente a nossos olhos, os comerciantes vêm fazendo a sua história nesta localidade, porque se você percorrer a rua nos dias atuais você vai poder observar alguém praticando qualquer tipo de comercio seja de grande ou de pequeno porte, o homem manifesta a sua vivência no espaço habitado por ele. Assim, Saquet (2005) fala que “a partir do domínio de técnicas desenvolvidas e aprimoradas historicamente, o homem, vivendo em sociedade, ocupa e modifica”.

Portanto, o espaço geográfico da área estudada vem sendo visto como um local de conveniência para gerar economia, principalmente pelo homem ao relacionar-se com a sociedade, consigo mesmo e com a natureza. O ser humano transforma o lugar em que trabalha, sua aptidão é viver e construir, e esses fatores são visíveis no entorno da rua três.

4 DESEMPREGOS E COMERCIO INFORMAL

Vários são os problemas sociais que aflige a população no mundo contemporâneo, um deles é a falta de emprego que se instalou no país. O povo procura trabalho só que infelizmente as portas encontram-se fechadas. Ressaltamos também que o crescimento elevado da população colabora para que o desemprego só venha a aumentar especialmente para as pessoas que residem na cidade, onde a oferta de trabalhos são ainda mais raros, como

é o caso dos parintinense. Ultimamente, na cidade as oportunidades empregatícias estão fora da realidade do povo.

As desculpas servem como consolo, de que passamos por um momento de crise, mas em contra partida para o menos favorecido sempre foi assim, as soluções sempre ficaram em último plano. Na Rua Padre Augusto Gianolla o comercio informal é uma das primeiras opções que o sujeito tem para conquistar uma vida melhor para alcançar seus objetivos, este vê nesta prática uma nova possibilidade para conseguir uma reserva a mais no final do dia ou no mês.

Também este meio de trabalho pode ser uma maneira que o cidadão encontra para viver mais tranquilo é algo que vai contribuir nos seus compromissos cotidianos, é um meio de subsistência e porque não dizer que é uma nova perspectiva e planos de vida.

Muitos destes casos são trabalhadores ambulantes que perderam seus empregos e hoje vivem do trabalho informal, tudo isso por conta do desemprego que está presente na cidade, muitas das vezes tirando o sossego da população, e este caso os moradores parintinense vem sofrendo arduamente. Para, (MATSUO, 2009).

O “trabalho precário, o clandestino,” os bicos”, o pequeno negócio e as várias formas e desemprego oculto e de subemprego estão cada vez mais presentes também nos países desenvolvidos, mas neles de alguma forma, existe um esforço para que estas atividades sejam enquadradas jurídica e legalmente, (p.52).

Diante do que foi exposto no cenário de transformações econômicas, no qual a apropriação do espaço público e social é indispensável, tem mostrado um ponto muito desprovido em relação à fiscalização por parte do poder público que deveria agir com mais rigor e realmente isso na cidade de Parintins não acontece, tendo em vista que este trabalhador apesar de não pertencer à classe trabalhadora formal ele adquire indiretamente capital todo final de mês. Como afirma (MATSUO, 2009) “O trabalhador informal é considerado um agente econômico independente, que não pertence à classe trabalhadora, mas está submetido a formas indireta de subordinação ao capital”.

Cabe ao poder público municipal retirar do papel as leis voltadas ao direito do trabalhador, pois no art.142 da Lei Orgânica Municipal retrata que: “o trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade”.

No entanto, olhando o lado destes trabalhadores se eles ocupam as calçadas indevidamente, além da falta de emprego, é porque também não tem no município um local

adequado para esses comerciantes se estabilizarem. E quando os munícipes implantam um local apropriado ele vem de maneira burocrática impedindo esses trabalhadores informais de se instalar para comercializar seus produtos.

5 IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO COMERCIO INFORMAL

No mundo contemporâneo observa-se que o estilo de vida, torna o consumo um ato comum e que muitas das vezes é classificado como inconsequente, principalmente ao utilizar os recursos naturais, tendo em vista que antes se tinha a ideia de que os recursos naturais eram inesgotáveis. Nos dizeres de Oliveira (2002), “o meio ambiente tem tido grande enfoque na questão do desenvolvimento, o que decorre principalmente da necessidade de se oferecer à população futura, as mesmas condições e recursos naturais que dispomos”.

Sendo assim, podemos dizer que o comercio informal contribui de forma direta ou indireta com estes aspectos e sua permanência em locais inadequados ajudam ainda mais com esses impactos que prejudicam vidas marinhas que vivem próximo da área de estudo. Sua exploração nos espaços deve ocorrer de maneira consciente com apoio de pessoas que estão aptos neste setor. Na figura abaixo podemos perceber as consequências que os comércios informais instalados na área estudada deixam para trás, eles não são os grandes responsáveis por esses lixos, mas contribui para que tal ação aconteça.

Figura 2: Impactos Ambientais.



Foto: Aurivani Rodrigues 2015

A educação ambiental é uma das ferramentas que nós como futuros professores de geografia temos como aliado, pois é importante na formação enquanto cidadão. Esta atividade deverá ser trabalhada desde o ensino infantil, visando a reduzir esses impactos ambientais,

pois este é um tipo de atividade que vem ocasionando danos ao ambiente e principalmente aos nossos futuros descendentes, pois serão eles que irão sofrer essas e outras consequências se ninguém fizer nada para que ocorra esse tipo de problema.

A Rua Padre Augusto Gianolla é o lócus principal de reprodução deste comércio ambulante que gradativamente vem crescendo de forma desordenada e nós precisamos dar uma freada neste problema. É um serviço que muitos do povo parintinense não concorda, eles não aceitam a permanência destes trabalhadores nestes locais, vários dos entrevistados alegam que é inaceitável essa atividade nas áreas impróprias, pois não geram impostos para a cidade. Além disso, estão trabalhando de forma irregular e atrapalham assim, a circulação de pedestres neste ambiente e sua degradação é evidente. Para (REIGOTA, 2009).

“[...] desde o seu início, temos insistido que é absolutamente vital que os cidadãos e as cidadãs do mundo participem para que se tomem medidas de apoio a um tipo de crescimento econômico que não tenha repercussões nocivas sobre a população e que não deteriore suas condições de vida”.
(p.17).

Ressaltamos, no entanto, que a problemática da ocupação deste espaço torna-se aberta para o comércio da informalidade, principalmente no horário de pico, pois este local de estudo chamou muito nossa atenção, aonde muitas das vezes a ida e vinda de pessoas, chega a ser preocupante e ninguém toma providências em relação a este problema.

Nesta área de estudo, infelizmente pessoas já perderam suas vidas porque o trânsito é caótico em determinados horários, as pessoas dividem o espaço com os comerciantes. Fica a proposta é que esses trabalhadores tenham um local adequado para exercer suas atividades de maneira correta sem agredir principalmente o meio ambiente, e isso é um fator que vem chamando nossa atenção, desde o começo de nossos estudos para darmos uma atenção maior a esta problemática.

Em todas as cidades brasileiras, esse problema chega a incomodar muito as administrações locais, pois é uma atividade em que o comércio popular costuma ser percebido de maneira desigual dentro de um contexto urbano, onde não geram lucros aos cofres públicos. Todavia, nem sempre essa ótica se mostra como sendo a opinião da grande maioria, sendo que o comércio popular pode suprir lacunas existentes em relação a uma gama de diversidade de produtos adversos que são oferecidos à população, seja em razão da oferta de mercadorias mais barata em que muitos dos comerciantes que trabalham na formalidade reclamam da concorrência desonesta principalmente a preços mais acessíveis que atendem as camadas de classe baixa que não dispõem de um salário no final do mês.

E o que fica evidente é que a população sofre com estes aspectos ambientais, pois o consumidor que consome esses alimentos destes comércios reclama muito a respeito da presença do setor da vigilância sanitária que não fiscaliza estes alimentos prejudicando assim a população, é visível que nestes ambientes não existem higienização desses nutrientes, pois durante a execução da pesquisa, constatamos que nestes locais a presença de animais peçonhentos e animais domésticos como gatos e cachorros eram constantemente, isso sem contar com o abandono de suas barracas logo após os expedientes. Como a figura a seguir nos reporta.

Figura 3: Bancas de peixe abandonadas



Foto: Aurivani Rodrigues 2015

Em suma, fica explícito que as políticas voltadas e essas atividades apenas existem no papel, pois se sabe que a Lei Orgânica Municipal frisa no seu capítulo V- que “é de seu dever controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, método e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e ao meio ambiente”.

Sendo assim, procuraremos abrir um leque para discutir no âmbito escolar tendo como subsídios os teóricos, pois propõem uma dinamicidade do uso do espaço público como um promotor econômico pela população parintinense, aonde esta ação vem causando um estrangulamento na via do pedestre. Assim os dizeres de (MONTIBELLER, 2004).

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento da qualidade de vida da população (p.60).

Nesse contexto, com o crescimento elevado da população em Parintins as atividades econômicas também sofrem um aumento, na área estudada pode-se perceber que a cada momento surge um novo tipo de informalidade este local é visto como uma área adequada

para esse tipo de comércio e estes casos foi ratificado nas entrevistas realizadas no trabalho de campo. Neste sentido um comerciante informal relatou que:

“Quando eu pensei em trabalhar com comércio logo me veio esse local porque é muito bom de colocar essas vendas aqui porque é um local de passada e os produtos que a gente põe tem saída, aqui é difícil ficar com mercadoria guardada, eu vendo verduras, farinha e essas frutas e de tudo sai um pouco, e no final do mês que pagam os funcionários a venda é maior ainda, sobre o lixo do dia eu ajunto e coloco ai pro carro do lixo pegar, mais tem vezes que os cachorros arrastam e rasgam a sacola e fica espalhado, eu assumo que é nosso descuido mesmo entendeu? Porque se nós vende aqui e nós que tem que limpar” (C.F.M, 39anos).

Levando em consideração a entrevista desses proprietários, o que nos remete é que o ser humano tem plena consciência de sua obrigação em não agredir o ambiente mais ainda assim continua contribuindo com esta degradação em relação à natureza. Desta forma, não coloca em prática sua habilidade em proteger o espaço que ele como ser habita. Este tema precisa ser discutido nas principais esferas governamentais, pois precisamos sugerir novas alternativas à comunidade para que possam observar que o ambiente precisa de ajuda de todos e cabe a nós dar uma resposta à sociedade em relação a esta ocupação, precisamos despertar no indivíduo pensante que precisa fazer sua parte em preservar o ambiente, construindo em comunhão novas habilidades de conservar o recinto, trabalhando sua produtividade que é resultado da transformação da natureza. Neste sentido, na figura 3 confirmamos os dizeres acima descritos.

Figura 4: Lixo produzido pelo comércio informal



Foto: Aurivani Rodrigues 2015

Evidenciamos o descaso com o meio ambiente pelos vendedores informais, pois estes detritos vão parar no lago que se localiza logo atrás, já que no período da enchente essa área é tomada pela água. E isso deixa claro o descontentamento dos usuários, pois relatam que está prática acontece quase todos os dias é o que relata uma pedestre.

“Eu venho quase todas as manhãs aqui nesse local comprar o peixe, e o que me incomoda são a terrível sujeira que fica das dez horas em diante, a gente não pode passar pela calçada porque as bancas tomam conta principalmente essa hora, além do mau cheiro de “pitiú”, eu presto atenção que tem vendedores que jogam o lixo ai mesmo na calçada, ali atrás também, se cai uma sacola no chão eles não tem coragem de ajuntar colocar pelo menos no lixeiro, porque nem isso a gente ver por aqui, mais como é um lugar que fica mais perto da minha casa pra eu vim andando comprar é o jeito eu aguentar né rs”. (V.P, 45anos).

Sendo assim, a figura a seguir nos reportará a real situação que o local pesquisado vem enfrentando, pois o lago que passa nas proximidades da área de estudo fica tomado pelo lixo, e o que foi observado é que esse lixo em parte são lixos jogados pelos comerciantes e que foi arrastado pela chuva para o rio, e você querido leitor poderá observar as consequências que são deixadas para trás por esta prática comercial na Rua Padre Augusto Gianolla.

Figura 5: Consequências da prática informal.



Foto: Aurivani Rodrigues 2015.

No entanto, o comercio informal é um fator preponderante que contribui muito para que este impacto aconteça de forma negativa, ocasionando assim, um ambiente em degradação e de aspectos alarmante e principalmente sujo.

Devemos buscar novas soluções para esta dificuldade em que a cidade está passando, uma das ideias é convidar a comunidade em geral para juntos lutarmos, até mesmo em forma de protestos para chamar a atenção de nossos representantes para que possam criar novas leis para tentar inibir esta prática.

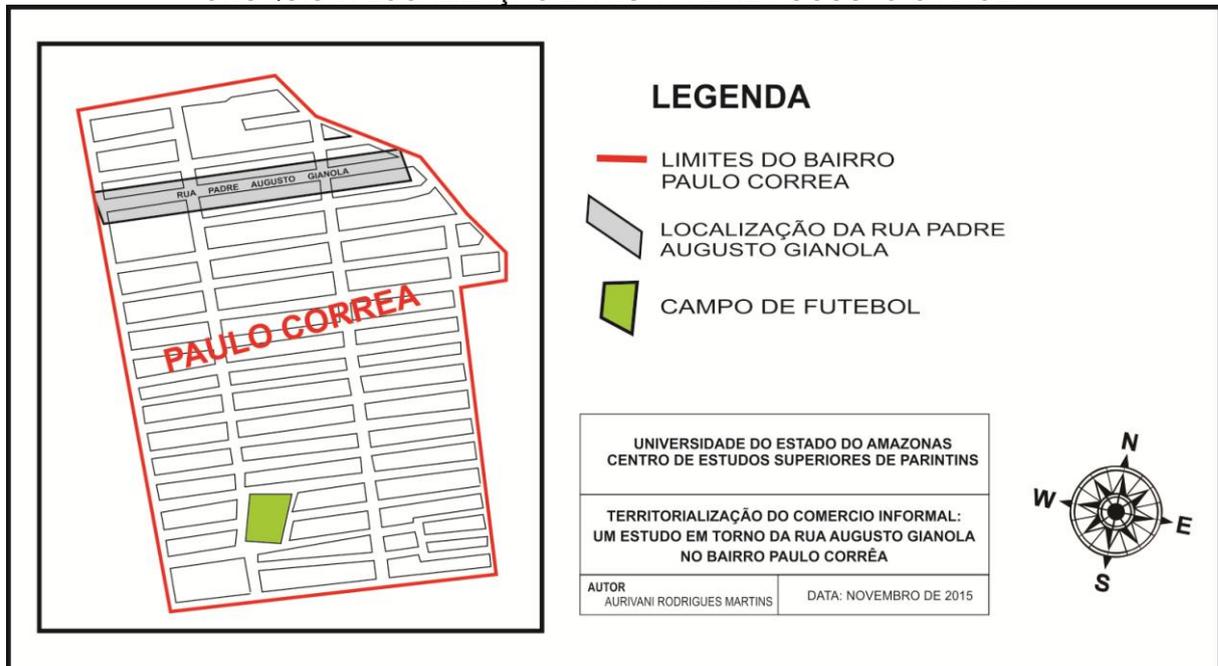
Outra sugestão é trabalhar também a questão da inovação, levando a sociedade a construir a implantação de novas propostas voltadas a este impacto e que possamos incentivar o ser humano a não agredir mais esse ambiente.

Trazendo em primeiro plano, estratégias para que possam despertar sua sensibilidade e conscientização em relação ao meio ambiente que aos poucos vem pedindo socorro, fazendo grandes reuniões de esclarecimento com estes trabalhadores, pois eles são grandes agentes que coopera com este problema que a cada dia vem crescendo em nossa cidade.

Enfim, o comercio informal beneficia o homem, mais por outro lado pode gerar para o meio ambiente consequências irreparáveis quando este se faz presente em áreas indevidas. Assim o ser humano precisa pensar mais sobre suas ações, ser mais sensível com o meio de qual ele faz parte.

6 ÁREA DE ESTUDO

CROQUIS 1: LOCALIZAÇÃO DA RUA PADRE AUGUSTO GIANOLA



Organização: Aurivani Martins, 2015.

Nosso objetivo é contribuir na busca de um andamento teórico no qual nos dará um norte que apontará para um novo olhar sobre a ocupação do espaço que está acontecendo de forma desordenada e muitas das vezes atrapalhando a circulação de pedestre por esses trabalhadores.

Propusemos neste trabalho fazer um estudo sobre o comercio informal em torno da Rua Augusto Gianolla localizada no Bairro de Paulo Correa, segundo o IBGE 2010, é um bairro mais populoso cerca 13 mil habitantes, também é conhecida como “rua da ponte”, que foi construída ainda na administração do governador Amazonino Mendes, que tinha como meta

desafogar o trânsito local. Segundo alguns moradores antigos essa rua já recebeu várias denominações e hoje é conhecida como Padre Augusto Gianolla, uma homenagem a um pároco que serviu a diocese de Parintins por muito tempo, no qual dedicou uma boa parte de sua vida a este povo.

Com o passar dos anos, essas propriedades que a princípio foram adquiridas como moradias transformaram-se em pequenos comércios de pequeno porte ofertando alguns serviços à comunidade em geral, como por exemplo, a venda de farinha de mandioca, frutas diversificadas, verduras e principalmente o pescado que é predominante neste local de estudo. Desta forma, essa rua passou por um processo de estruturação, mais todos são sabedores que essa transformação não foi suficiente para atender a todos e por esse motivo essa via pública ficou pequena.

Hoje o que percebemos é que em toda a extensão da rua em estudo encontramos comércios que funcionam como lojas de confecções, pequenos armazéns, farmácias, padarias, açougues, mercadinhos, associações de pescadores, oficina de borracharias, mini restaurantes.

Por outro lado o nascimento desta prática informal neste local foi tomando e ganhando espaço que antes pertencia aos pedestres, olhando de um ângulo favorável, observamos que nos primeiros raios solares e principalmente às sete da manhã indicaram que os vendedores de peixe tomam conta principalmente das calçadas que antes pertenciam aos pedestres e hoje o que se observa são bancas de peixeiros, ocasionando assim um conflito socioespacial aos pedestres onde os mesmos têm que disputar com os meios de transportes as vias públicas.

Em conversa com um desses peixeiros que não quis se identificar, relatou ao pesquisador o porquê de escolher esse lugar para expor seu produto mesmo sabendo que esta atividade é ilegal, pois o mesmo reconhece que esta infringe a lei que rege este país, segundo o vendedor afirma que:

“A vida na cidade não é fácil, não tem trabalho, então estou aqui, porque ali na feira onde trabalhava não tem mais lugar, eu tinha o meu local próprio lá na feira situada a Rua Paraíba, mais com a enchente que acontece todos os anos, resolvi montar minha banquinha neste local e ter uma renda no final do dia, temos que dá nossos pulos para dar o que de comer aos nossos filhos e eu não tenho outro ganho só esse aqui, tenho quatro filhos, então eu vim pra cá porque preciso de dinheiro para pagar água, luz, roupa e etc”. (R.F 43anos).

Aqui é evidente que ninguém tem compromisso em relação à fiscalização das posses do espaço público e o que nos deixa coeso é que esse tipo de atividade é comum em nossa cidade, principalmente porque a cidade não consegue oferecer novas chances de emprego para

que o chefe de família adquira uma renda extra a mais para ajudar e oferecer a seu filho um dia mais digno e o pior é que ninguém toma providencia deste problema que hoje é considerada pequena. Neste caso o que chama atenção é que o poder público continua de braços cruzados, não tomam medidas cabíveis para inibir essa invasão que vem acontecendo nestes locais em estudo.

Os governantes não querem sair de seus gabinetes para buscar possíveis soluções para que estes casos não venham trazer desconforto aos habitantes. Com isso, observou-se que qualquer cidadão pode colocar qualquer um de seus produtos pra ser comercializado em via pública.

Neste sentido, fica por isso mesmo, sem nenhuma solução e a população não aceita mais essa imposição, não há mais neste município nenhuma política voltada para a ocupação desses espaços públicos.

Outro fator observado in lócus, também é proveniente as vendedoras de roupas usadas conhecidas como pequenos "brechós", uma vendedora frisou que:

“Eu e os restantes dos vendedores de peixes, disputamos essa área aqui, simplesmente porque é uma área bastante movimentada, onde aproveitamos as idas e vindas para oferecer meus produtos a esses clientes. Às vezes eu coloco antes deles, ou tenho que esperar eles saírem pra eu poder colocar minhas mercadorias e de vez enquanto acontece uma briguinha aqui, outra acolá, geralmente acontece por posse de área, e outro ponto é porque tá muito sol quente e quando ta muito quente eu não vendo tenho que esperar esfriar, e eu gosto de colocar as roupas aqui porque tem mais saída e a procura é melhor”. (T.S. 48 anos)

Fazendo uma pequena análise mais apurada em relação a tudo que está acontecendo na área estudada, sem dúvida há uma disputa territorial é o que afirma (SANTOS, 1991), “O espaço não é algo sem vida e nem apenas o substrato da ação humana. Ao contrário, é parte integrante das ações sociais. Desta forma, espaço e ação estão intrinsecamente associados já que o espaço contém o movimento”.

Observando o espaço público com um olhar academicamente, nos deparamos com um desafio que precisa de mais atenção e que a cada ano que passa nossos representantes não fazem nada para tentar impedir este tipo de comercio que gradualmente vem crescendo e que realmente precisamos fazer algo para reduzir esta ocupação que se dar de uma maneira desconsertada e enquanto acadêmica queremos contribuir com o poder público com uma nova dinâmica com políticas voltadas a este setor, para dar mais oportunidade e melhor condição de vida a estes trabalhadores que labutam todo dia é o que diz (YÁZIGI, 2000, p. 25). “Porém, não só o poder público, por influência da iniciativa privada, modifica estes espaços. Também

o efetivo crescente de trabalhadores informais nas ruas altera significativamente estes espaços, transformando a vida pública, bem como o próprio espaço público”.

Desta forma, esses batalhadores são vistos de forma negativamente pela população local, pois o mesmo não pagam seus impostos pela sua atividade desenvolvida na cidade. As nossas leis são bastante claras e muito desses vendedores muitas das vezes armam suas barracas em locais de muita circulação de pessoas. Contudo, é uma estratégia para chamar atenção de seus clientes, mais a vista dos pedestres é uma atividade não apropriada para expor seus produtos e com isso chega ocasionar um bate-boca entre comerciantes ambulantes e pedestres.

A população precisa compreender que o trabalhador informal não tem outra preferência de emprego que em geral migram para este setor, procurando uma perspectiva melhor de vida.

O outro fator é que estes trabalhadores representam com clareza o momento de heterogeneização, fragmentação e complexificação, pelo qual passa a classe trabalhadora e a importância dessa via vem ocorrer em virtude da conectividade que tem entre bairro/ centro, também é destacada como uma via dependente ao comércio carecido sua arrebatadora localização.

O fato é que esse fenômeno de apropriações não surgiu nos dias de hoje, mas sim teve seu início com a ocupação de terras pelo povo parintinense e principalmente pelos moradores oriundos da zona rural deste município. Em seguida com a especulação imobiliária, pois quando surgiu o bairro a área da rua três era um ponto bastante procurado pelos compradores, devido está nas proximidades do rio, agora essa ocupação tomou outros rumos com as práticas do comércio informal nos espaços públicos no fato as calçadas. Segundo (SOUZA, 2013).

A oferta de serviços e produtos condicionam uma obrigatoriedade em transitar por essa via, centenas de pessoas ao retornarem para suas residências após a jornada de trabalho ou outra atividade, encontram nessa via a solução rápida para suas necessidades básicas como aquisição de alimentação. Os alimentos é um dos fatores que interfere na mobilidade dos pedestres, pois os alimentos são preparados literalmente sobre as calçadas. (pag.7).

Partindo de uma visão geográfica, o que está acontecendo na Rua Augusto Gianolla no bairro Paulo Correa situado à zona norte deste município, é que hoje ela é vista como um alvo para o desenvolvimento de novas atividades economicistas.

Tendo como foco em atender as pessoas que estão desempregadas ou que querem ser seus próprios patrões, onde tentam investir nesta agilidade tudo o que tem como uma renda a mais no final de cada mês, neste sentido observamos que dá ao indivíduo uma nova

oportunidade ou chance de viver, pois é uma atividade em que o cidadão trabalha de forma independentes.

Por outro lado têm aqueles que não concordam com sua permanência nestes locais, no caso dos pedestres, muitos chegam afirmar que é um simples pretexto para se apoderarem destes habitat, tendo em vista que os terrenos nesse local ficaram com uma valorização que se iguala com os terrenos vendidos no centro da cidade. Assim Corrêa (2003), vem colaborar enfatizando também “ser em função de estarem bem localizados devido às amenidades físicas como mar, verde e lagoas” (especificamente o igarapé do Ropoca e o lago do Macurany), e também da exposição da ponte Amazonino Mendes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho visou compreender a apropriação do comercio informal nas calçadas da Rua Padre Augusto Gianolla que vem crescendo gradativamente. Pois a geografia é uma ciência que estuda a forma de como acontece essa relação entre o ser humano e o ambiente, tendo como enfoco sua ocupação economicista em um espaço público.

Aqui fica claro que muitas das vezes essa é uma questão que acontece também em outras cidades e esse é outro fato, que exige de nossos governantes que busquem novos investimentos de diferentes naturezas, por exemplo, a definição de uma nova estratégia que priorize esta atividade inovando e implantando novas políticas ambientais com propostas voltadas para a recuperação desses ambientes, trabalhando também a sustentabilidade, com novas habilidades voltadas aos bons hábitos de consumo que não agridem o ambiente evitando assim os impactos ambientais que estão ocorrendo em nossos cotidianos, em espacial na área onde foi elaborada a pesquisa.

Desta forma, é bom oportunizar bons frutos que possam trabalhar a maneira de agir da população, voltado a responsabilidades, verificando assim que precisamos instalar novos programas que atendam a esta nossa classe de trabalhadores dando outros ensejos de vida e principalmente ofertando geração de emprego a sociedade, só assim terá chance em breçar o comercio informal, para minimizar esses conflitos que acontece entre os comércios informais e os comércios que trabalham na formalidade.

Durante as visitas ao local em estudo tivemos a oportunidade de abordar este problema tendo como fonte de pesquisa as concepções dos conceitos sobre territorialização, ou seja, a ocupação do espaço que vem ocorrendo pelo processo de apropriação. No que diz respeito à

ocupação das vias públicas pelo comércio informal, pois este ato ocorre principalmente pela falta de emprego que se alastrou na cidade.

Fica evidente que esta ocupação também acontece devido à falta de fiscalização por parte do poder público municipal que realmente não acontece, tendo em vista que a paisagem da Rua Padre Augusto Gianolla hoje se depara com uma realidade totalmente diferenciada de como era há alguns anos atrás, na atualidade no seu entorno você encontra todo tipo de vendas informais.

O que os nossos munícipes deveriam fazer é retirar esses comércios ilegais do espaço público e os colocar em um local apropriado, pois está prática vem ocupando as vias dos pedestres que precisam se locomover nesses locais, pois ficou coesa a disputa existente por esses espaços. Outra alternativa de solução é que estes trabalhadores criassem suas associações e lutassem para se organizar melhor perante a sociedade.

Portanto, estes comerciantes que um dia trabalharam na formalidade, hoje se encontram na informalidade devida falta de trabalho que a cidade não dispõe emprego por parte de empresas e os órgãos competentes, e se não bastasse atualmente à prefeitura municipal demitiu vários funcionários, ocasionando assim um aumento considerável de pessoas que se deparam ainda desempregado e veem nesta atividade uma maneira de ofertar uma vida melhor para sua família, mais que por outro lado infringem o ir e vir do pedestre. Assim, a população tem que aprender a viver dentro deste sistema que sempre procura beneficiar uma minoria.

REFERENCIAS

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. **CONCEPÇÕES DE ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO** Mestranda em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus de Francisco Beltrão-PR; integrante do grupo de pesquisa GETERR - Bolsista Capes.

LACOSTE, Yves. (1988): *A Geografia — Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para fazer a Guerra*. São Paulo: Editora Papirus.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-Câmara Municipal de Parintins-Estado do Amazonas. E-mail: legispin@cmp.am.gov.br,2006.

LOBATO, Roberto Corrêa. **O ESPAÇO URBANO**. São Paulo: 4ªed. Ática 2003.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e Desemprego: Desigualdades Sociais**. São Paulo, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Modelo Industrial e Meio Ambiente no Espaço Brasileiro**, (UFF) 2003.

MONTIBELLER-FILHO, G. Omito do **desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de produtor de mercadorias. 2. Ed.rev.Florianópolis: Ed.da UFSC, 2004.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5, n. 2, p. 39-48, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental/Marcos Reigota**. --2. Ed.revista e ampliada--São Paulo: Brasiliense, 2009. --(Coleção primeiros passos; 292).

SANTOS, Milton. (1978): **Por Uma Geografia Nova (Da crítica da geografia a uma geografia crítica)**. São Paulo: EDUSP/Hucitec.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território**. In: SPOSITO, E. (Org.). Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática. Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GASPERR, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, A.S. SOUZA, J.C.R. **Calçada: Um Espaço de Convivência e Disputa Socioespacial** 2013.

STRAUSS, Anselmo; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ed. 16ª. São Paulo, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanista/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.